

**RECURSO ESPECIAL nº 1805640 - PR (2019/0094307-1)**

**RELATORA : MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI**

**RECORRENTE : OI S.A**

**ADVOGADO : JOAQUIM MIRO - PR015181**

**ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802**

**: BRUNO DI MARINO E OUTRO(S) - RJ093384**

**: BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**

**: FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184**

**: RAFAELA CARNEIRO PINTO - RJ202898**

**RECORRIDO : ZILMA FERREIRA DE AQUINO DA SILVA**

**ADVOGADO : JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO - PR034182**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. LEGITIMIDADE E INTERESSE DEVIDAMENTE COMPROVADOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 389 DO STJ POR NÃO SE TRATAR DE MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CORRETA CONVERSÃO DE AÇÕES EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA. CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) A SER APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 371 DO STJ. GRUPAMENTO DE AÇÕES. DO CRITÉRIO DA CONVERSÃO DAS AÇÕES EM INDENIZAÇÃO E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. TERMO FINAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. TERMO INICIAL DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. ENTENDIMENTOS REITERADOS E JÁ PACIFICADOS DESTA CORTE E DE CORTES SUPERIORES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A parte recorrente alega negativa de vigência aos artigos 485, 487 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; ao artigo 535 do CPC de 1973; aos artigos 189, 205, 402 e 2.028 do Código Civil de 2002; ao artigo 177 do Código Civil de 1916; e

divergência jurisprudencial. Suscita prescrição. Aduz ilegitimidades passiva e ativa. Reclama de negativa de prestação jurisdicional. Defende a apuração da indenização com base no valor do título (cotação acionária) vigente na data do trânsito em julgado da condenação.

Inicialmente, observo que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento de normas jurídicas, são cabíveis quando a decisão padece de omissão (em relação a ponto relevante, necessário, útil e efetivamente influente para o julgamento da causa), contradição, obscuridade ou erro material.

É legítimo, portanto, o manejo de embargos de declaração para suprir omissão de tema sobre o qual devia se pronunciar o julgador. É verdade também que este não está obrigado a enfrentar todos os pontos abordados pelas partes, mas deve, ao emitir juízo (com base em seu livre convencimento) acerca das questões que considerar suficientes e relevantes para fundamentar sua decisão, enfrentar motivadamente os argumentos das partes que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1226329/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 29/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

**INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015. REJEIÇÃO.**

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado embargado, conforme exige o artigo 1.022 do Novo CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

3. "Não configura omissão o simples fato de o julgador não se manifestar sobre todos os argumentos levantados pela parte, uma vez que está obrigado apenas a resolver a questão que lhe foi submetida com base no seu livre convencimento (art. 131, CPC)." (EDcl nos EDcl no Resp 637.836/DF, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJ 22/5/06).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1232995/PI, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

No caso, o acórdão recorrido não se ressentia de falta de clareza, nem padece de obscuridade, tampouco apresenta erros materiais, lacunas ou contradições. Note-se que a Corte de origem se manifestou fundamentadamente sobre prescrição, (i) legitimidade ativa, interesse de agir (processual), comprovação de existência de relação jurídica, critério de conversão da obrigação em indenização e grupamento de ações, temas articulados na apelação e nos embargos de declaração. Desse modo, não vislumbro que, no fato da rejeição de tais embargos, tenha ocorrido prestação jurisdicional deficiente.

O acórdão recorrido apresenta fundamentos coerentes e ideias concatenadas. Não contém afirmações (premissas) que se rechaçam ou proposições inconciliáveis (incompatíveis). Existe, em suma, harmonia entre a motivação e a conclusão.

Recordo, por oportuno, que (i) a circunstância de o entendimento adotado no acórdão recorrido não ser o esperado pela parte, (ii) a ausência de menção expressa às

normas jurídicas suscitadas ou (iii) a falta de manifestação sobre aspectos que as partes consideram importantes (em geral, benéficos às suas teses) não constituem motivos para o reconhecimento da deficiência da prestação jurisdicional.

De acordo com o acórdão recorrido, a ré, a fim de sustentar a prescrição e a ilegitimidade ativa, baseou suas alegações em documentos que juntou ao processo apenas na fase de embargos de declaração. O Tribunal estadual, lembrando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido da excepcionalidade da juntada de documentos novos no decorrer da demanda, ponderou "que certamente não se trata de documentos novos, e que poderia a parte já ter colacionado aos autos desde sua contestação", e esclareceu que somente a partir da análise de tais documentos seria possível o "reconhecimento da prescrição e da ilegitimidade ativa".

Essa fundamentação não foi impugnada no recurso especial, que, assim, fica inviabilizado por conta da aplicação do entendimento sedimentado na Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, quanto à legitimidade da parte autora para a causa, o Tribunal de origem considerou que a documentação juntada com a inicial demonstra satisfatoriamente a existência da contratação (relação jurídica). Veja-se:

Da análise do presente instrumento depreende-se que as cópias de páginas de lista telefônica, contendo nome dos autores com os respectivos números dos terminais telefônicos, indicam a existência de relação jurídica entre as partes.

Em caso análogo, esta Câmara Cível, por maioria de votos, entendeu que as cópias de páginas de lista telefônica traduzem-se em documentos suficientes a embasar a pretensão deduzida na petição inicial, verbis:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - DECISÃO QUE DETERMINOU À REQUERIDA QUE APRESENTASSE OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA INICIAL - PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO - IMPOSSIBILIDADE - EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS QUE NÃO SE SUJEITA À PREVISÃO DA SÚMULA Nº 389/STJ - PRECEDENTES - DESCUMPRIMENTO

DO RITO PROCESSUAL ADEQUADO QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AUTOMATICAMENTE MACULAR A DECISÃO RECORRIDA - INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS - EXEGESE DO ART. 244 DO CPC - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE REQUERIDA, QUE TEVE ACESSO AO CONTRADITÓRIO EM SEDE RECURSAL - RAZÕES QUE, TODAVIA, NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - ALEGAÇÕES ABSTRATAS E EM DISSONÂNCIA AO CONTEXTO DOS AUTOS - FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DOS AUTORES INDICIADO PELAS FOTOCÓPIAS JUNTADAS AOS AUTOS - AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO, POR MAIORIA" (TJPR - C.Cível - AI 975.341-5 - Umuarama - Rel. Denise Kruger Pereira - Por maioria - J. 05.02.2013).

Do voto condutor do citado Acórdão, relevante transcrever os seguintes fundamentos:

De fato, da análise dos documentos explicitados pela decisão agravada, juntado aos autos às f. 78/93, extrai-se uma série de documentos hábeis a demonstrar, sem qualquer margem para dúvida, a existência de relação jurídica entre os requerentes e a companhia telefônica assumida pela ora agravante. Tais documentos consistem em fotocópias de fotos retiradas de "lista telefônica oficial" da região do ano de 1993, as quais demonstram a existência, à época, de contratos de linha telefônica em nome de todos os requerentes:

(...)

Diante de tal contexto, perde força a argumentação que funda o presente recurso no sentido de que os agravados não trouxeram aos autos qualquer indício de que tenham formulado contratos de participação financeira (f. 07) e que, por consequência, teriam descumprido o ônus probatório do art. 333, I, do CPC (f. 21).

Não custa lembrar que apresentado o fato constitutivo do direito, compete à ré a demonstração de fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor (art. 333, II, do CPC), expediente descumprido pela requerida, ora agravante. Nada impedia que a agravante desconstituísse a presunção tida pelo Juízo Singular nos presente autos recuais, o que não se aperfeiçoa por intermédio dos argumentos abstratos e alheios ao suporte fático vivenciados nos

autos.

Deve-se ter em mente, ainda, que indiciado o fato constitutivo do direito dos autores, também perde relevância a argumentação de que não se está a tratar de documento comum entre as partes. Afinal, é evidente que quando da celebração das avenças à empresa de telefonia também era destinada cópia do contrato, bastando análise em seus modernos sistemas de informação para se verificar os dados solicitados.

No particular, entendo que a reforma do acórdão recorrido demandaria reexame da base fática sobre a qual assentada a conclusão nele exposta, o que o recurso especial não comporta (Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça). Veja-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA. ILEGITIMIDADE ATIVA. INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. MULTA MANTIDA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONSIDERADOS PROTELATÓRIOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem concluiu que o direito de pleitear a subscrição das ações pertence exclusivamente aos adquirentes originários, pois a apelante é uma mera cessionária do direito de uso de ramal telefônico. A revisão do julgado a quo exigiria o revolvimento do contrato celebrado entre as partes e das circunstâncias de fato pertinentes ao caso. Aplicação das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 857.258/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 29/05/2017)

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a recorrente, na qualidade de sucessora de Telecomunicações do Paraná S.A. (Telepar), responde pelas obrigações decorrentes do contrato de participação financeira (diferença acionária). Nessa direção:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

2. PRESCRIÇÃO. NÃO CONSUMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE SE EXTRAIR O TERMO INICIAL DO CONJUNTO DE FATOS E PROVAS COLACIONADOS AOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

3. DOBRA ACIONÁRIA. PRETENSÃO AFASTADA. NECESSIDADE DE VERIFICAR A DATA DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES. INAFASTÁVEL, MAIS UMA VEZ, A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

4. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA RECORRENTE. TESE RECHAÇADA NA ORIGEM. RESPONSABILIDADE DA SUCESSORA PELAS AÇÕES NÃO SUBSCRITAS PELA EMPRESA INCORPORADA. ADEMAIS, NÃO HÁ COMO VERIFICAR QUE A TELEPAR FOI INCORPORADA PELO GRUPO TIM, E NÃO PELA OI S.A. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2. A alteração do entendimento firmado no aresto impugnado - acerca do termo inicial da prescrição e da sua consequente consumação - só seria possível mediante o revolvimento do acervo fático-probatório do respectivo processo, providência vedada nesta instância extraordinária em decorrência do disposto na Súmula 7 do STJ, não sendo o caso de reavaliação da prova.

3. A Súmula 7/STJ constitui óbice, mais uma vez, ao conhecimento do apelo nobre, em relação à dobra acionária, haja vista que o acolhimento da tese recursal, no ponto, exige que se adentre a seara fático-probatória deste processo para verificar a data de integralização das ações.

4. A temática acerca da suposta ilegitimidade passiva da insurgente para responder pela dobra acionária foi solucionada pelo acórdão recorrido em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, no sentido de que a Brasil Telecom (atual Oi S.A.) sucedeu, por incorporação, a Telepar - Telecomunicações do Paraná, cabendo-lhe responder pelas ações não subscritas pela empresa

incorporada. Precedentes. Outrossim, a análise da alegação recursal de ilegitimidade passiva, ao argumento de que a Telepar foi incorporada pelo Grupo TIM, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, os quais encontram óbice nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1024038/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017)

Incide, no ponto, a Súmula 83 do STJ.

O cálculo da indenização deverá observar a cotação vigente na bolsa de valores na data do trânsito em julgado do processo de conhecimento. Veja-se:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. COISA JULGADA. RESSALVA.

(...)

1.2. Converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação.

(...)

3. RECURSO ESPECIAL DE BRASIL TELECOM S/A NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DE SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1301989/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso para determinar que a indenização seja calculada com base na cotação vigente na bolsa de valores na data do



trânsito em julgado da condenação à complementação acionária.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de maio de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

Republicado por incorreção no DJe de 16/05/2019

